



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Contratação de empresa especializada objetivando a futura e eventual aquisição de gás engarrafado de uso doméstico (gás de cozinha) e botijões para uso nas diversas secretarias da administração municipal.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A aquisição desses objetos se dá pela necessidade da administração de manter a funcionalidade de serviços essenciais de diversas instituições do município, como por exemplo, escolas e CMEI's.

Para garantir o preparo adequado e seguro dos alimentos, é essencial manter um suprimento regular de gás de cozinha. O gás de cozinha é utilizado como fonte de energia para os equipamentos de cocção, tais como fogões e fornos, presentes nas cozinhas das unidades municipais, além disso, é imprescindível para a realização de atividades de alimentação em eventos, reuniões, promovidos pela prefeitura, assegurando a qualidade e a segurança das refeições oferecidas. Portanto, a aquisição de gás de cozinha é uma necessidade operacional, visando garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024 Data de publicação no PNCP: 24/01/2024 Id do item no PCA: 360 a 363 Classe/Grupo: Aquisição de gás de cozinha; Identificador da Futura Contratação: 987541-77/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.
- b) Registro da empresa junto a ANP.
- c) No ato da assinatura do Registro de Preços a empresa deverá apresentar: Alvará/Certificado do Corpo de Bombeiros competente, que contemple a habilitação para a atividade de revenda de recipiente transportáveis cheios de GLP.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:



Estima-se que a quantidade necessária será de 500 unidades de recarga de gás-peso 45kg, 350 unidades de recarga de gás-peso 13kg, 50 unidades de casco de botijão de gás-peso 13kg e 50 unidades de casco de botijão de gás-peso 45kg.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Visto a necessidade operacional que mais se adapta a realidade do município, não se vislumbra outra alternativa que não seja a aquisição desses produtos, visto que, devido as especificidades e legislações vigentes não pode a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos fazer a fabricação desses objetos. Outra alternativa para suprir essa necessidade seria fogões por indução elétrica, porém, o alto custo desses produtos ainda travam a aquisição e modernização das cozinhas que são mantidas pela administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor previsto para essa licitação é de R\$ 301.199,00, baseado nos preços registrados no último pregão eletrônico desse objeto.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir que as alimentações estejam sendo confeccionadas de forma confiável e eficiente em escolas e CMEI's, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a venda desse produto é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Os itens que passarem de R\$ 80.000,00 serão divididos em cota reservada para micro e pequenas empresas e cota para ampla participação. Os itens que não atingirem esse valor serão exclusivas para micro e pequenas empresas.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa especializada para fornecimento de gás de cozinha e casco, realize a entrega de forma eficiente e ágil onde necessitar da demanda solicitada. Espera-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade do funcionamento de serviços de alimentação que são oferecidos pelo Município, bem como o comprometimento da empresa contratada no serviço prestado.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Vilmar Possato Duarte
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Dieli Geremia Pandolfi
Fiscal Técnico:	Não se aplica
Suplente fiscal de recebimento/execução:	Rudinei Curzel

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há necessidade de contratações correlatas.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente. Os produtos solicitados caracterizam-se como produto inflamável com risco de explosão, por isso os mesmos deverão ser armazenados e instalados em locais apropriados e o



transportador deve estar devidamente inscrito em categoria específica do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas –RNTC mitigando esses riscos.

A empresa contratada, deve estar atenta aos possíveis impactos ambientais com o Fornecimento de Gás, tais como:

- Transporte inadequado;
- Possibilidade de vazamento;
- Não utilização de recipiente adequados.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento de gás de cozinha e cascos de gás de cozinha.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Segundo relatos dos dados anuais obtidos, a estimativa é anual, visto que há no período escolar uma maior demanda, já que são os lugares que mais utilizam esses produtos. Nos demais locais, desconsiderando feriados e recessos, terão sempre a mesma média de uso, visto que a quantidade orçada será dividida entre os 12 meses de duração da ata.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade: Pregão Eletrônico, tipo Sistema de Registro de Preços. Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Modo de Disputa: Aberto.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Conforme documento anexo Análise de Risco.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica.

Dois Vizinhos, 04 de junho de 2024.

Matheus Nogueira Ponte
Agente Administrativo
Responsável pelo Departamento de Compras
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19433-1